



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SEPS - Quadra 713/913 Sul - Bloco D - Edifício Iphan - 4º Andar, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF,
CEP 70390-135
Telefone: (61) 2024-5425 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.iphan.gov.br>

EDITAL Nº 03/2018 CHAMAMENTO PÚBLICO/2018

Processo nº 01450.001974/2018-11

Edital de Chamamento Público nº 03/2018

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis n. 8.029 e 8.113, respectivamente, de 12 de abril e 12 de dezembro ambas de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.884, de 07 de maio de 2009, por intermédio de seu Departamento de Patrimônio Imaterial, sediado no SEPS 713/913, 4º andar, CEP 70.390-135, Brasília – DF, torna público o presente **Edital de Chamamento Público** para celebração de Termo de Colaboração visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar parceria que tenha por objeto a execução de Pesquisa e Documentação voltados à Instrução Técnica do Processo de Registro das Matrizes do Forró. O Termo de Colaboração será regido precipuamente pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto nº 8.726/2016, pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (*institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019*) e pelo Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000 (*institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*) e demais normas aplicáveis à espécie, conforme as especificações constantes do presente documento e seus Anexos. Os autos do Processo Iphan nº 01450.008052/2011-50 encontram-se à disposição dos interessados para vistas no Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.iphan.gov.br>) e no Departamento de Patrimônio Imaterial-DPI, SEPS 713/913 Bloco D, 4º andar, Brasília – DF, de segunda à sexta-feira entre as 9 horas e as 18 horas.

1. FINALIDADE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de proposta para a celebração de Termo de Colaboração entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan e a Organização da Sociedade Civil-OSC, por meio da formalização do instrumento de parceria que vise a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à OSC, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e demais normativos relacionados, além das condições previstas neste Edital.

Parágrafo único. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

1.2. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan na *internet* (<http://portal.iphan.gov.br>) e na plataforma eletrônica do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

2. OBJETO E OBJETIVOS DA PARCERIA

2.1. O Chamamento Público visa a seleção de proposta para a execução de atividades voltadas à Instrução Técnica do Processo de Registro das Matrizes do Forró, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.551, de 04/08/2000, e na Resolução Iphan nº 001, de 03/08/2006.

2.2. Para os fins deste documento, entende-se como Matrizes do Forró a manifestação cultural que é objeto de processo de reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, o Processo Iphan nº 01450.008052/2011-50 e cujos autos se encontram disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.iphan.gov.br>) e no Departamento de Patrimônio Imaterial-DPI.

2.3. A parceria a ser celebrada entre o Iphan e a organização da sociedade civil selecionada pelas regras deste Edital terá vigência de 02 (dois) anos a partir da data de publicação do termo de colaboração, podendo ser prorrogada de acordo com o previsto pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 8.726/2016.

2.4. Serão objetivos da parceria:

2.4.1. Realizar pesquisa de campo com caráter multidisciplinar que identifique os gêneros musicais, as danças, as festas, os modos de fazer instrumentos musicais, os lugares referenciais, entre outros elementos característicos das matrizes tradicionais do forró;

2.4.2. Sistematizar e consolidar as informações referentes às referências bibliográficas, instituições, acervos públicos e particulares, entre outros espaços e fontes que se refiram às matrizes do forró as quais possam contribuir com o aprofundamento do conhecimento sobre o bem cultural;

2.4.3. Promover fóruns e encontros visando a mobilização social das comunidades detentoras do forró nos principais polos do Nordeste, Sudeste e DF em torno do processo de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (Processo Iphan nº 01450.008052/2011-50);

2.4.4. Elaborar documento final que contenha o resultado da pesquisa e constitua o Dossiê de Registro das Matrizes do Forró, em conformidade com as orientações técnicas do Iphan;

2.4.5. Produzir videodocumentário e registros fotográficos sobre o bem cultural que acompanhe o Dossiê de Registro das Matrizes do Forró, em conformidade com as orientações técnicas do Iphan.

3. JUSTIFICATIVA DA PARCERIA

A instrução técnica dos processos de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil é etapa prevista nos procedimentos administrativos para reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial pelo Iphan, tal como estabelecem o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000; a Resolução Iphan nº 001, de 03 de agosto de 2006 e a Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016. Trata-se de etapa para a realização de pesquisa, elaboração de dossiê e

produção de material fotográfico e audiovisual para subsidiar a conclusão do processo de Registro, que culmina com a deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

O processo de Registro das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil (Processo Iphan nº 01450.008052/2011-50) foi aberto no Iphan em 08/07/2011, a partir de solicitação da Associação Cultural Balaio Nordeste que protocolou oficialmente a documentação afeita ao pleito na Superintendência do Iphan no Estado da Paraíba. A solicitação de Registro foi endereçada ao Presidente do Iphan e veio acompanhada de uma série de livros, LPs e DVDs que se relacionam ao tema e a um abaixo-assinado com 443 assinaturas de representantes das comunidades forrozeiras de todo o país.

O Pedido de Registro foi avaliado tecnicamente pelo Departamento de Patrimônio Imaterial e encaminhado para deliberação da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, que considerou o pedido pertinente em sua 23ª Reunião, ocorrida em 11 de julho de 2013. A Câmara sugeriu ao Iphan um aprofundamento dos estudos, sobretudo acerca dos debates relacionadas à discussão do que seriam “matrizes do forró”. A Câmara Técnica também apontou a necessidade de se pensar a base social e distinção das “matrizes do forró”, enquanto manifestação cultural enraizada em comunidade, com o “forró”, expressão artística mais individualizada que inclui gêneros e formas de expressão mais contemporâneas. A proposta aprovada aponta para o fato de que a abrangência dos estudos de campo para o Registro seja maior, e abarque, além da Paraíba, os demais estados do Nordeste e capitais com forte presença nordestina, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Diante da necessidade de envolver grupos de forrozeiros e técnicos do Iphan em outros estados foi aprofundado o trabalho dos fóruns para discussão de questões relacionadas à Instrução de Registro – sempre em parceria com a *Associação Balaio do Nordeste* (proponente do Registro) e o *Fórum Forró de Raiz* – coletivo sem figura jurídica oficialmente estabelecida, mas que vem se consolidando como uma forte rede de diálogo entre os forrozeiros (músicos, dançarinos, estudiosos, produtores musicais etc.) e desses com o Iphan (tanto por meio do DPI, quanto por meio das Superintendências). Os fóruns e encontros veem permitindo o aprofundamento dos estudos sugeridos pelos conselheiros componentes da Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial, assim como tem buscado informar e mobilizar a comunidade forrozeira para a discussão sobre o processo de reconhecimento das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil – potenciais, significados e limites da política de patrimônio cultural.

Primeiro e mais importante deles, o Encontro Nacional para Salvaguarda das Matrizes do Forró, ocorrido em João Pessoa/PB em setembro de 2015, uniu forrozeiros de todo o Brasil, além de técnicos do Iphan para que, juntos, fossem estabelecidas diretrizes para a instrução técnica do Registro com as quais o Iphan passaria a estar comprometido, desde então.

Os participantes dos outros 3 Fóruns já realizados, em João Pessoa (novembro de 2017), em São Paulo e Rio de Janeiro (ambos ocorridos em abril de 2018) têm se debruçado sobre as diretrizes do encontro de João Pessoa. Outros fóruns estaduais estão planejados para ocorrer em outras 11 cidades até o final do ano de 2018.

A parceria que o Iphan pretende firmar a partir do chamamento público aqui proposto direcionará os recursos financeiros de que dispõe neste ano para a contratação das equipes especializadas em pesquisas e registros audiovisuais desse gênero para realizar atividades que o corpo técnico do Iphan não possui condições de produzir por conta própria. A instituição parceira deverá acompanhar os eventos promovidos pelos fóruns e associações dos forrozeiros nos estados, mas também produzir conteúdos essenciais para a constituição do Dossiê de Registro a partir das pesquisas de campo, levantamento de acervos e bibliografias sobre o tema, entrevistas e outras estratégias de pesquisa voltadas à produção das peças que

compõem o documento central que deverá ser avaliado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan ao final do processo sobre o reconhecimento das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil.

4. PRODUTOS ESPERADOS DA PARCERIA

4.1. A parceria firmada entre Iphan e organização da sociedade civil deverá produzir documento textual e material fotográfico e audiovisual que são peças obrigatórias da instrução técnica de processos de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em conformidade com a Resolução Iphan nº 001, de 03/08/2006, que *determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* (Anexo I).

4.2. Os produtos deverão resultar de pesquisa de campo com caráter multidisciplinar e que contemple a participação das comunidades forrozeiras, observando as recomendações previstas na Carta de Diretrizes do Encontro Nacional para Salvaguarda das Matrizes do Forró de João Pessoa/PB-2015 (Anexo II).

4.3. Serão produtos da parceria:

4.3.1. 01 (um) Dossiê contendo: a) a descrição pormenorizada do bem cultural que possibilite a apreensão de sua complexidade e contemple a identificação de atores e significados atribuídos a ele pelas comunidades envolvidas em sua produção e reprodução cultural; processos de produção, circulação e consumo; contextos culturais específicos e outras informações pertinentes; b) referências à formação e continuidade histórica do bem, assim como às transformações ocorridas ao longo do tempo; c) referências bibliográficas e documentais pertinentes; d) reunião de publicações, registros audiovisuais existentes, materiais informativos em diferentes mídias e outros produtos que complementem a instrução e ampliem o conhecimento sobre o bem; e) avaliação das condições em que o bem se encontra, com descrição e análise de riscos potenciais e efetivos à sua continuidade; f) proposição de ações para a salvaguarda do bem.

4.3.2. 02 (dois) Videodocumentários de caráter etnográfico, um com duração de cerca de 15 minutos e outro com duração de cerca de 45 minutos, que contemplem os aspectos culturalmente relevantes do bem e em acordo com a pesquisa realizada de campo e com o Dossiê. Os vídeos deverão ser acompanhados pelos Termos de Autorização de Uso de Imagem, bem como ser precedidos pela redação de um roteiro amparado na pesquisa de campo e previamente aprovado pelo Iphan.

4.3.3 Documentação fotográfica, com quantidade de fotografias a ser definida com o Iphan, que contemple os aspectos culturalmente relevantes do bem e em acordo com a pesquisa realizada de campo e com o Dossiê, juntamente com os respectivos Termos de Autorização de Uso de Imagem.

4.4. Todas as atividades e produtos da parceria serão acompanhados, supervisionados e avaliados pelo Iphan, por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI, de acordo com as orientações técnicas para a produção de dossiês e da documentação fotográfica e audiovisual referentes aos processos de Registro anexas a este edital (Anexo III).

4.5. Toda a documentação audiovisual e fotográfica deverá estar acompanhada da cessão de direitos autorais e da autorização de uso de imagem e som originais e coletadas a partir de modelos do Iphan (Anexos IV e V).

4.6. Todos os produtos deverão obter, antes de sua reprodução e distribuição, a aprovação técnica da equipe do Iphan que será designada como responsável pela gestão da parceria.

5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC, Lei nº 13.019/2014.

5.2. Será permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do termo de fomento ou de colaboração, de acordo com as condições estabelecidas pela Lei nº 13.019/2014.

5.3. Para participar do chamamento público, a OSC deverá estar cadastrada na plataforma eletrônica do Sistema de Convênios-SICONV no momento da inscrição.

5.4. Deverão ser observadas as obrigações e responsabilidades previstas para as instituições parceiras de acordo com a Lei nº 13.019/2014, no tocante à compatibilidade dos seus objetivos estatutários ou regimentais e demais aspectos contábeis e patrimoniais com a execução do objeto da parceria com o Iphan.

5.5. As instituições proponentes deverão estar cientes da necessidade de comprovação dos documentos previstos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016, caso sejam selecionadas para a etapa de celebração do termo de colaboração.

5.6. Serão consideradas impedidas de celebrar a parceria as OSCs que incorrerem nas condições estabelecidas como vedações no art. 39, *caput*, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei nº 13.019, de 2014.

6. FASE DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS

6.1. As propostas consistirão em um plano para as atividades, para a formação de equipes e para os custos em arquivo de texto (formato PDF), conforme o modelo de apresentação de propostas (Anexo VI). O documento deverá ser cadastrado na aba ANEXOS da plataforma eletrônica do SICONV.

6.1.1. O plano para as atividades, para a formação de equipes e para os custos deverá conter uma breve descrição da realidade objeto da parceria; indicar a metodologia para a pesquisa de campo; propor as atividades compatíveis com o objeto da parceria e as respectivas etapas; estimar o quantitativo e a área dos profissionais que formarão as equipes técnica e administrativa; bem como estimar os custos parciais e total para a execução do projeto.

6.1.2. As propostas devem ter como base o objeto, os objetivos, a justificativa e os produtos esperados para a parceria, tal como estabelecido nos itens 2, 3 e 4 deste Edital.

6.1.3. A estimativa de custo para a execução do plano para as atividades deverá considerar o limite do valor global destinado à parceria, conforme item 9 deste Edital.

6.2. A proposta selecionada subsidiará posteriormente o plano de trabalho que será definido em conjunto com o Iphan quando da celebração do termo de colaboração, a ser cadastrado posteriormente no SICONV.

6.3. As propostas deverão estar acompanhadas de portfólio da instituição proponente, a ser cadastrado na aba ANEXOS do SICONV, que comprove a experiência na execução de projetos voltados à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, bem como a indicação de profissional que será responsável pela coordenação do projeto, incluindo o respectivo currículo e comprovação da experiência em projetos voltados à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

6.3.1. O portfólio da instituição proponente deverá informar as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

6.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público.

6.5. O processo seletivo ocorrerá em três fases: a) Cadastramento das propostas no SICONV; b) Avaliação das propostas pela Comissão de Avaliação; c) Divulgação dos Resultados.

6.6. A apresentação das propostas deverá ocorrer por meio do cadastramento de documentos na plataforma eletrônica do SICONV, que deverão ser inseridos e enviadas para análise até às **18 horas do dia 12 de novembro de 2018**.

6.6.1. Caso a plataforma eletrônica do SICONV esteja indisponível para a apresentação das propostas, o que será antecipadamente informado pelo Iphan, as propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital de Chamamento Público nº 03/2018”, e entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente para a Comissão de Seleção, no seguinte endereço: Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, SEPS 713/913, Ed. Iphan, 4º andar, CEP 70.390-135, Brasília-DF.

6.6.2. Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou *pen drive*) da proposta.

6.7. As propostas deverão ser cadastradas na aba DADOS DA PROPOSTA no SICONV. Para tanto, deverão ser informados os campos solicitados: a) Dados da OSC (CNPJ, objeto, justificativa, capacidade técnica e operacional, dados bancários, valores globais do convênio, datas de vigência); b) Programas (Seleção do Programa referente ao Edital de Chamamento Público do Iphan); c) Participantes (dados básicos do proponente, estatuto, diretoria, membros).

6.8. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública federal.

6.9. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com o status ENVIADA PARA ANÁLISE no SICONV, até o prazo limite de envio das propostas conforme a Tabela 1 - Cronograma de Seleção de Propostas.

Tabela 1 - Cronograma da Seleção de Propostas

--	--	--

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Cadastramento e envio das propostas no SICONV.	11/10/2018 a 12/11/2018
2	Etapa de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção, conforme os critérios da Tabela 2	13/11/2018 a 16/11/2018
3	Divulgação do resultado preliminar.	19/11/2018
4	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	Até o dia 26/11/2018
5	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	03/12/2018
6	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	05/12/2018

6.10. As propostas serão avaliadas com base nos critérios e na pontuação definidas na Tabela 2 - Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

6.11. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação às experiências da instituição proponente ou do(a) coordenador(a) do projeto na execução de projetos voltados à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial ou de natureza semelhante, conforme item 7.2. deste Edital, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

6.12. Serão classificadas aquelas propostas:

- a) cuja pontuação total for superior a 6,0 (seis) pontos;
- b) que não recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a proposta de atividades; a indicação de metodologia a ser adotada na pesquisa de campo; a proposta para formação de equipe; e a proposta para a utilização dos recursos financeiros.
- c) que estejam em acordo com o disposto no Edital.

6.13. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

6.14. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de

julgamento (B), (C) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

TABELA 2 - Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

TABELA 2		
CrITÉrios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Compatibilidade da metodologia proposta para a pesquisa de campo com as diretrizes relativas à abordagem multidisciplinar e ao envolvimento e participação efetiva das comunidades forrozeiras na produção do conhecimento sobre o bem cultural.	Grau pleno de atendimento (4,0 pontos)	2
	Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos)	
	O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	
(B) Adequação da proposta de atividades, de formação de equipe e de estimativa de custos aos objetivos e ao valor global da parceria.	Grau pleno de adequação (2,0)	4
	Grau satisfatório de adequação (1,0)	
	O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).	
(C) Experiência comprovada da instituição proponente na execução de projetos relacionados ao objeto da parceria ou	Grau pleno de experiência comprovada (2,0).	3
	Grau satisfatório de experiência comprovada (1,0).	

de natureza semelhante.	O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de experiência comprovada (0,0).	
(D) Experiência comprovada do(a) profissional indicado(a) como coordenador(a) na execução de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	Grau pleno de experiência comprovada (1,0).	1
	O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de experiência comprovada (0,0).	
Pontuação Máxima Global		10

7. COMISSÃO DE SELEÇÃO

7.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída na forma de comissão formada por três servidores designados previamente à etapa de avaliação das propostas em ato administrativo do Iphan.

7.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

7.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

7.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

7.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer

seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção observará os prazos da Tabela 1 do Edital para julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

8.1. O Iphan divulgará o resultado preliminar do processo de seleção em seu sítio oficial na internet (<http://portal.iphan.gov.br>) e na plataforma eletrônica do SICONV, iniciando-se o prazo para recurso.

8.2. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo conforme modelo (Anexo VII), no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

8.2.1. Os recursos serão apresentados por meio da plataforma eletrônica do SICONV. Se a plataforma estiver indisponível, o Iphan divulgará, antes da abertura do prazo recursal, a nova forma de apresentação do recurso, inclusive com indicação, se for o caso, do local.

8.2.2. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

8.2.3. Interposto recurso, a plataforma eletrônica dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem. Caso a plataforma esteja indisponível para essa finalidade, o Iphan dará ciência, preferencialmente, por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência.

8.3. Os recursos serão analisados pela Comissão de Seleção.

8.3.1. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI, do Iphan, com as informações necessárias à decisão final.

8.4. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

8.5. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

8.6. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Iphan deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica

do SICONV, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

8.8. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

8.9. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, o Iphan poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

8.10. Caso a instituição selecionada, por qualquer circunstância, não esteja apta a celebrar o termo de colaboração, as demais classificadas poderão ser convidadas a firmar a parceria, obedecendo a ordem de classificação na etapa de seleção.

9. ETAPAS DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

9.1. Para a celebração do termo de colaboração, serão observadas as etapas até a assinatura do instrumento de parceria, conforme a Tabela 3:

TABELA 3 – Etapas para Celebração do Termo de Colaboração

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada.
2	Apresentação do plano de trabalho e dos documentos que são requisitos para celebrar a parceria e comprovam que a OSC não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Elaboração do parecer técnico do Iphan e assinatura do Termo de Colaboração.
5	Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial da União.

9.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, o Iphan convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, cadastrar o plano de trabalho no SICONV e apresentar a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais.

9.3. O plano de trabalho resultará do alinhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção com os parâmetros para os resultados esperados pelo Iphan, com todos os pormenores exigidos pela legislação.

9.3.1. A elaboração do plano de trabalho será de responsabilidade da OSC convocada, mas ocorrerá sob a supervisão do Iphan.

9.4. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

9.5. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 11.4. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/consultas-1>).

9.6. Além do cadastramento do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no [inciso I do caput do art. 2º](#), nos [incisos I a V do caput do art. 33](#) e nos [incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014](#), e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o [art. 39 da referida Lei](#), que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no [art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014](#);

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (Anexo VIII);

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no [art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014](#), as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo de Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos (Anexo IX);

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Declaração sobre Instalações e Condições Materiais (Anexo X);

Anexo XI – Declaração de Ciência e Concordância (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

Anexo XII – Modelo para indicação de coordenador técnico (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

Anexo XIII - Declaração de coordenador técnico.

9.7. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

9.8. A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

9.9. As OSCs ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nos incisos IV, V e VI

logo acima que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

9.10. Deverá ser utilizada a plataforma eletrônica do SICONV para cadastramento do plano de trabalho e inclusão dos documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa. Caso não exista plataforma eletrônica disponível para tanto, tais documentos deverão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no endereço informado no *caput* deste Edital.

9.11. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.

Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pelo Iphan, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

9.12. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, o Iphan deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o SICONV, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

9.13. O Iphan examinará o plano de trabalho cadastrado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

9.14. Na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

9.15. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

9.16. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

9.17. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

9.18. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, o Iphan solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

9.19. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

9.20. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

9.21. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

9.22. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

9.23. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

10. RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

10.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento, Ação 20ZH - (FNC) Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

10.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, mediante Emenda Parlamentar, EI07 - EMENDA 38060005 - Sen. Fátima Bezerra - PT/RN, PTRES: 146462, Código do PI: 18E10626IPA; e Fundo Nacional de Cultura-FNC, PTRES: 091941, Código do PI: 18F10719F4T.

10.3. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública federal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

10.4. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública federal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

10.5. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) no exercício de 2018. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

10.6. O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), para o qual será definido cronograma de desembolso a constar do termo de colaboração.

10.6.1. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria.

10.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

10.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

10.9. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

10.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.

10.11. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10.12. A OSC deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, em estrita observância de prazos e condições estabelecidas pela legislação.

11. CONTRAPARTIDA

11.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail **dpi@iphan.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço do Iphan (SEPS 713/913 Bloco D, 4º andar, 70.390-135, Brasília-DF). A resposta às impugnações caberá ao Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI/Iphan.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail: dpi@iphan.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

12.2.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.2.2. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

12.3. O Iphan resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

12.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.5. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

12.6. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

12.7. O presente Edital terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data da homologação do resultado definitivo.

12.8. Constituem anexos do presente Edital os anexos abaixo listados, dele fazendo parte alguns modelos de documentos obrigatórios para a apresentação de propostas para este chamamento público.



Documento assinado eletronicamente por **Hermano Fabricio Oliveira Guanais e Queiroz, Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial**, em 09/10/2018, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0771820** e o código CRC **7DC63305**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I - Resolução Iphan nº 001, de 03/08/2006, que determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens

Culturais de Natureza Imaterial;

ANEXO II - Carta de Diretrizes do Encontro Nacional para Salvaguarda das Matrizes do Forró de João Pessoa/PB-2015;

ANEXO III - Orientações técnicas para a produção de dossiês e da documentação fotográfica e audiovisual;

ANEXO IV e V - Modelo para cessão de direitos autorais e de autorização de uso de imagem e som;

ANEXO VI - Modelo de apresentação de propostas (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

ANEXO VII - Modelo de Recurso Administrativo;

ANEXO VIII - Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

ANEXO IX - Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

ANEXO X - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

ANEXO XI - Declaração de Ciência e Concordância (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

ANEXO XII - Modelo para indicação de coordenador técnico (obrigatório o preenchimento para a apresentação de propostas);

ANEXO XIII - Declaração de coordenador técnico.